

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FARN - FACULDADE NATALENSE PARA O
DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE

VERÔNICA RODRIGUES DA SILVA

A Demonstração do Fluxo de Caixa como ferramenta de
gestão: Um estudo nos hotéis da Via Costeira na cidade do
Natal

NATAL/RN
2009

VERÔNICA RODRIGUES DA SILVA

A Demonstração do Fluxo de Caixa como ferramenta de gestão: Um estudo nos hotéis da via costeira na cidade do Natal

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, como requisito obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos (esp.)

NATAL/RN
2009

VERÔNICA RODRIGUES DA SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, aprovado em __/__/____ pela banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos
Orientadora

Membro Examinador

Membro Examinador

**Aos meus pais,
Maria do Socorro e João Mendes.**

**Aos meus irmãos,
Orlando e Bruno.**

**Ao meu namorado,
João Henrique.**

Pelo estímulo, compreensão e paciência.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças, paciência e muita perseverança para realizar mais um sonho.

Aos professores do curso, em especial a Adriana Steppan, Thereza Angélica e Dinarte Paiva, pela dedicação.

A Professora e coordenadora Yara Magaly.

A Professora Thereza Angélica, pela orientação deste trabalho.

A Patrícia Delgado, contadora.

Aos meus pais por estarem sempre me incentivando e contribuindo por mais esta fase na minha vida.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO	12
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA	14
1.3 OBJETIVOS	14
1.3.1 Geral	14
1.3.2 Específicos.....	14
1.4 JUSTIFICATIVA.....	15

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE E SEUS CONCEITOS	16
2.2 HISTÓRIA E ORIGEM DA CONTABILIDADE	16
2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18
2.3.1 BALANÇO PATRIMONIAL	18
2.3.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	19
2.3.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
2.3.4 DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJÚIZOS ACUMULADOS	20
2.3.5 NOTAS EXPLICATIVAS	20
2.3.6 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	22
2.3.7 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	22
2.4 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)	23
2.4.1 OBJETIVO	24
2.4.2 FORMAS DE FLUXO DE CAIXA	25
2.4.2.1 ATIVIDADES OPERACIONAIS	25
2.4.2.2 ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	26

2.4.2.3 ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	26
2.4.3 COMPARAÇÃO DFC X DOAR	29
2.4.4 A DFC NO MUNDO E NO BRASIL	31
3 METODOLOGIA	
3.1 TIPOS DE PESQUISA	32
3.2 UNIVERSO E AMONSTRA	33
3.3 COLETA DE DADOS	33
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS	34
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	40
6. REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE	45
ANEXOS	48

SIGLAS

ABIH - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

FASB – Board do Financial Accounting Standards Board

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

S/A – Sociedade Anônimas

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Figura 01 - Fluxo de caixa	24
Figura 02 - Atividades da DFC	27
Figura 03 - Componentes da DFC	28
Figura 04 - Tabela Comparativa das vantagens e desvantagens da DOAR e da DFC..	30
Gráfico 01 - A utilização das demonstrações contábeis nos hotéis	35
Gráfico 02 - A utilização da DFC nos hotéis	36
Gráfico 03 - A influência das tomadas de decisões	37
Gráfico 04 - Portes dos hotéis	37
Gráfico 05 – Hotéis no mercado	38
Gráfico 06 – Obrigatoriedade e publicação das demonstrações contábeis	39

RESUMO

A contabilidade é a ciência que estuda, controla e interpreta os casos ocorridos na empresa, para deste modo o profissional, contabilista, assessorar e auxiliar os gestores com informações úteis com base nos dados fornecidos pelo mesmo. (DEFINIÇÃO DA CONTABILIDADE, 2009). E o nome, Contabilidade, deriva do uso das contas e cálculos, de acordo com a Doutrina Oficial Brasileira do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Contabilidade segue a lei das S/A, n. 6.404/76, por isso que é uma lei muito importante para esta área profissional, mas em 28 de Dezembro de 2007, foi sancionada a Lei n. 11.638/07, e ainda ocorreram diversas modificações e entrando em vigor logo em seguida, no dia 01 de Janeiro de 2008 e ainda durante o ano de 2009, adicionaram a lei n. 11.941/09, em 27 de Maio de 2009. A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é uma tendência internacional que originou no Canadá, esta demonstração vem com o intuito de substituir a DOAR e, além disso, para efeito de transparência e complementação as escriturações, ampliam - se com a Demonstração de Fluxo de Caixa. A mesma avaliada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, traz que as informações dos fluxos de caixa de uma instituição são úteis para proporcionar e acrescentar nas demonstrações contábeis com uma base para avaliar a capacidade de gerar caixa ou distinguir liquidez. Para finalizar esta demonstração contábil contém dois modelos, denominados como modelo direto e indireto, subdivididos em atividades operacionais, de investimento e financiamento. No objetivo geral, proporciona o conhecimento dos gestores e a aplicação do fluxo de caixa nos hotéis da via costeira da cidade do Natal e nos objetivos específicos podemos mencionar o conhecimento e a visão dos gestores a respeito da Demonstração de Fluxo de Caixa; observar se a Demonstração de Fluxo de Caixa é praticada nas tomadas de decisões e, além disso, expor como é elaborado e executado o relatório interno de fluxo de caixa. A pesquisa foi executada em 10 hotéis de porte médio e grande na via expressa chamada via costeira na cidade do Natal, com questionários com doze perguntas do tipo aberta e fechada. Os entrevistados nos hotéis foram os responsáveis pelo setor contábil existente em cada recinto, pois são os mesmos que executam as demonstrações contábeis e são produzidas em forma de relatórios e ilustrativas para os gestores. Por fim, depois da aplicação do questionário nos hotéis da via expressa da cidade do Natal, nomeada de via costeira, houve a avaliação e estimativa de porte, de anos na atividade no setor hoteleiro, e a afinidade dos gestores com as demonstrações contábeis.

Palavra-chave: contabilidade, demonstrações contábeis e fluxo de caixa.

ABSTRACT

Accounting is the science that studies, manages and interprets the cases occurring in the workplace, and in this way the professional accountant to advise and assist managers with useful information based on data supplied by the same. (DEFINITION OF ACCOUNTING, 2009). And the name, Accounting, derived from the use of accounts and calculations, according to the official doctrine of the Brazilian Federal Accounting Council - CFC. Accounting follows the law of S / A, No 6404/76, so that is a very important law for this line of work, on 28 December 2007, was passed Law 11638/07, and yet there have been various modifications and enacted shortly thereafter, on day 01 of January 2008 and also during 2009, added to Law No. 11.941/09, 27 May 2009. The Statement of Cash Flows (CFD) is an international trend that originated in Canada, this show is aiming to replace the DOAR and also for purposes of transparency and the Escriturações complement, extend - with the Flow Statement Cash. The same assessed by Brazilian Accounting Standards, which carries the information of cash flows of an institution is working to provide and add in the financial statements with a basis for evaluating the ability to generate cash or distinguish liquid. To this end earnings report contains two models, known as direct and indirect model, subdivided into operating, investing and financing. The general objective, provides the knowledge of the management and implementation of cash flow in the hotels via the coastal city of Natal and the specific objectives we can mention the knowledge and vision of managers regarding the Statement of Cash Flow; see if the Demo Cash Flow is practiced in decision-making and, moreover, exposed as is established and implemented the internal report of cash flow. The research was performed in 10 medium-sized hotels and great call on the expressway via the coastal city of Natal, with twelve questionnaires with questions such as open and closed. Respondents in hotels were responsible for the accounting industry in each room, they are the same as running the financial statements and are made in the form of reports and illustrations for managers. Finally, after applying the questionnaire in hotels on the expressway from the city of Natal, in particular the coastal highway, there was the evaluation and assessment of size, years of activity in the hospitality industry, and the affinity of managers with the financial statements.

Keyword: Accounting, financial statements and cash flow.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, já existia registro de transações financeiras. Contudo, somente na Itália se originou o sistema de partidas dobradas, o qual é utilizado até hoje na área contábil. Esta técnica envolve registrar as informações reconhecidas pela contabilidade, controlando assim seu objeto, o patrimônio.

Logo após as diversas descobertas mundiais, aliada às necessidades insaciáveis inerentes ao ser humano e com os recursos limitados que tinham as organizações físicas e jurídicas, a contabilidade surge como a ciência que estuda, controla e interpreta os acontecimentos, além de mensurar e registrar os bens, direitos e obrigações do patrimônio da empresa. O profissional desta área é responsável pelas informações geradas pelos sistemas contábeis, para que estas se tornem relevantes no contexto da tomada de decisão.

Considerando as três áreas de investigação da contabilidade, teoria, doutrina e prática, a contabilidade no seu contexto doutrinário obedece à legislação societária, apresentada na Lei nº 6.404/76, com alguns artigos modificados pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

As modificações apresentadas pelos órgãos reguladores de normas e procedimentos contábeis indicam propostas relacionadas à mensuração de riscos em transações financeiras, voltadas a princípios e à essência contábil sob a forma jurídica. Estas propostas foram acatadas no contexto das Leis em epígrafes, alterando, inclusive, a divulgação da estrutura de demonstrações contábeis, bem como determinando a publicação de outras: Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

As demonstrações incluídas na publicação das companhias de capital aberto são: o Fluxo de Caixa (DFC), conforme o art. 176 da Lei nº 11.638/07, ressaltando que “a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa”, e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), constante do art. 188 da Lei nº 11.638/07, envolvendo “o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída”

Tratando-se da importância da contabilidade e da sua utilidade, as demonstrações financeiras tomam destaque em todos os cenários econômicos, quando suas publicações sinalizam situações e desempenho da gestão dos recursos de uma organização.

Dentro das atividades econômicas desenvolvidas e de maior destaque no cenário do RN, os serviços de hotelaria tomam a dianteira, contemplando em torno de 62 (sessenta e dois) hotéis em todo o Estado, classificados de acordo com o porte em pequeno, médio e grande. Tal classificação é atribuída tomando como referência o número de leitos. Dentre estes hotéis, existem os que reconhecem, mensuram e registram atividades vinculadas a transações que afetam o caixa. Enfatiza-se assim a DFC como demonstração voltada a fins gerenciais e financeiros, para explanar e transparecer a realidade que a empresa possui, uma vez que esta demonstração indica a origem, entrada, saída e o destino do dinheiro, durante o processo.

Este trabalho conta com a seguinte estrutura: no primeiro capítulo será feita a contextualização do tema e apresentados o problema de pesquisa, objetivos e justificativa; o segundo capítulo detém-se sobre o referencial teórico, trazendo a parte histórica da contabilidade e as demonstrações contábeis com evidência na Demonstração de Fluxo de Caixa; em seguida, no terceiro capítulo, tratar-se-á da parte metodológica do trabalho; o quarto capítulo contém a análise dos resultados, encerrando-se, no quinto capítulo, com as considerações finais.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A pesquisa se deteve em responder ao seguinte questionamento: Qual o conhecimento dos gestores a respeito da utilização e aplicação da Demonstração do Fluxo de Caixa nos hotéis da Via Costeira na cidade do Natal?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Verificar o conhecimento dos gestores sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa nos hotéis da Via Costeira da cidade do Natal.

1.3.2 Específicos

- Identificar quais os usuários dos hotéis que utilizam demonstrações e relatórios contábeis para tomada de decisão.
- Verificar se a DFC é publicada obrigatoriamente ou para fins gerenciais;
- Apresentar aspectos relacionados com a elaboração da DFC nos hotéis na visão dos usuários.

1.4 JUSTIFICATIVA

A economia do Rio Grande do Norte tem grande suporte no turismo, sendo o Estado pioneiro também em outras atividades, tais como a extração do petróleo, sal e frutas para exportação. Em se tratando do turismo, o estado apresenta um considerável número de pousadas e hotéis, demandados pela alta estação, que, de acordo com o número de leitos, podem ser classificados em médio e grande porte.

No censo qualitativo da hotelaria nacional, da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira - ABIH, a cidade do Natal aparece em oitava posição no que se refere à disponibilidade de hotéis, respondendo por 1,2% da hospedagem no mercado nacional (GUIA QUATRO RODAS, 2005). O censo toma por base a pesquisa com 7.003 hotéis e pousadas distribuídos pelo Brasil. (PORTAL DE TURISMO, 2009). Embora seus principais atrativos naturais estejam ao longo de toda costa potiguar, na capital do Rio Grande do Norte a maioria dos hotéis aglomeram-se na via expressa de Natal, a chamada Via Costeira.

O trabalho empreendido tem sua pertinência na importância dos aspectos contábeis e a relevância dos relatórios gerenciais e financeiros dentro do ramo de atividade hoteleira no RN, que é alavancada pelo crescimento do turismo, responsável por grande parte dos empregos gerados no estado, ocupando a segunda maior renda apresentada nos últimos anos (<http://www.nataltrip.com>, 2009).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE E SEUS CONCEITOS

A contabilidade é a ciência que mensura, controla e interpreta os fatos ocorridos, com base nos dados fornecidos pelas empresas, segundo o foco contínuo dos princípios contábeis e o seu objeto, o patrimônio. O profissional contabilista tem o compromisso de fornecer aos gestores informações úteis, auxiliar na gestão e no aspecto financeiro da organização (<http://www.portaldecontabilidade.com.br>, 2009).

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a contabilidade é uma ciência social. Iudícibus e Marion (1999) concordam com o entendimento da contabilidade enquanto ciência social, mesmo esta lançando mão de métodos quantitativos, e colocam o seu objeto como sendo o patrimônio das organizações. Na visão dos autores, seu objetivo seria o registro e tratamento das informações através de relatórios contábeis da situação da entidade e a sugestão de adequações para atingir melhores resultados.

2.2 HISTÓRIA E ORIGEM DA CONTABILIDADE

Deparamo-nos com os primeiros conceitos da contabilidade quando se deram as trocas de bens e serviços no período da antiguidade. Na época, estas trocas se processavam de forma bem simples e rudimentar, através do uso da memória e a contagem física. Com o passar dos anos, intensificou-se a preocupação de conhecer mais sobre os ganhos, perdas e valores reais dos próprios investimentos. Como consequência, tem-se a necessidade do controle, para evitar fatos sem registro ou registros indevidos, é quando surge o método do inventário, que exercia um importante papel na contagem e classificação dos bens de acordo com a sua natureza (rebanhos, metais, escravos, dentre outros). Logo após a população adotou as "partidas de diário", semelhante ao método atual, partidas dobradas,

efetuando os registros com a discriminação em ordem cronológica de entradas e saídas, os artigos e as quantidades em unidades e respectivos totais (<http://www.portaldecontabilidade.com.br>, 2009). Ludícibus (2004) afirma que, com o crescimento no mercado econômico e financeiro, os proprietários devem conter no acompanhamento da evolução do patrimônio líquido o fator mais importante da evolução da disciplina contábil.

No período medieval nasceu o "tratactus de computis et scripturis", traduzindo, "a contabilidade por partidas dobradas. Tem sua origem na Itália, com repercussões financeiras e econômicas na história mundial. Causou impacto especial na história da contabilidade, com relevância extrema na denominada "Era Técnica". A partir desse período, a forma de contabilizar adotou modificações para expressar melhor as contas das companhias e evitar desvios. Já no período moderno, a contabilidade tornou-se uma necessidade para estabelecer o controle dos próprios e inúmeros bens e riquezas das empresas e pessoas físicas. (<http://www.portaldecontabilidade.com.br>, 2009).

O aparecimento da obra de Frei Luca Pacioli vem do contemporâneo Leonardo da Vinci, que viveu na Toscana, no século XV, e simboliza o início da fase moderna da Contabilidade. Pacioli foi matemático, teólogo, contabilista, dentre outras profissões. Elaborou diversas obras na área da contabilidade, das quais podemos destacar a "Summa de Aritmética, Geometria, Proportioni et Proportionalitá", impressa em Veneza, na qual se inclui o seu tratado sobre Contabilidade e Escrituração. A importância da contabilidade aumentou com a intensificação do comércio nacional e internacional e com as guerras nos séculos XVIII e XIX, que consagraram numerosas falências e, conseqüentemente, a necessidade de verificar perdas e lucros. No século XVII, da Era científica, em que Pascal teria inventado a calculadora, a ciência da contabilidade confundia-se com a administração, e, segundo postulados jurídicos, o patrimônio líquido da empresa era considerado um direito. HISTÓRIA DA CONTABILIDADE (2009).

Em 1923, com Vincenzo Mazzi, fica determinado que o patrimônio passa a ser objeto da contabilidade e à área da contabilidade não compreende somente registros, mas se constitui instrumento básico de gestão. Atualmente, as funções do contabilista não se restringem ao âmbito meramente fiscal, são vitais para as informações econômicas, financeiras, dentre outras, das empresas, proporcionando

uma boa relação para possíveis e importantes decisões da organização (<http://www.portaldecontabilidade.com.br>, 2009).

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na Lei nº 6.404/76, antecedida pelas Leis nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09, ocorreram mudanças em artigos, contemplando diversas modificações na elaboração e nos componentes da estrutura dos relatórios contábeis. Constatam ainda alterações nos tipos de demonstrações, como por exemplo: o balanço patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as notas explicativas. A partir de 01 de janeiro de 2008 adicionam-se mais duas demonstrações, a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), conforme o art. 176 da Lei nº 11.638/07, ressaltando que “a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa”, e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como destacado no art. 188 parágrafo da Lei nº 11.638/07.

2.3.1 Balanço patrimonial

No ponto de vista de Marion e Ludícibus (2000, p. 186), “os relatórios contábeis representam a posição da entidade num determinado momento, no que se refere às suas principais contas. O balanço patrimonial é o principal deles”. Na lei nº 6.404/76, art. 178, se descrevem as contas existentes no balanço e estas são classificadas para facilitar análise e situação financeira. A Lei nº 11.941/09 discrimina as alterações na estrutura e no conteúdo, para melhor interpretação das contas do balanço patrimonial. Para Marion e Ludícibus (2000), o balanço patrimonial pode visualizar a posição econômica e financeira em um determinado período, pois este relatório ainda remonta ao passado e pode auxiliar para investimentos e pretensões futuras da entidade.

2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício - DRE é um relatório feito de forma vertical, resumido e composto pelas receitas e despesas em determinado momento. Esta demonstração contém muita relevância, juntamente com o balanço patrimonial, do qual a evidenciação contábil está criteriosamente correspondida com os princípios contábeis. Esta demonstração está relacionada ao princípio da competência, na ótica de Marion e Iudícibus (2000).

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC-T-3-3, a DRE é assim descrita:

A demonstração do resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade, observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas.

Na Lei nº 11.638/07 há modificações quanto ao ativo diferido, mas logo em seguida, com a Lei nº 11.941/09, exclui-se o mesmo. Esta conta continha diversas funções, mas era mais utilizada para despesas pré-operacionais, pesquisas e projetos. A partir do ano de 2008, devido a alterações legais, não fica mais no balanço patrimonial, vai diretamente para o resultado do exercício. Apesar disso, a lei ainda permite na competência de 2008, quando do balanço patrimonial, expormos o ativo diferido com o saldo dos anos anteriores, para efetuarem e realizar a amortização integral (IUDÍCIBUS; MARTINS E GELBCKE, 2009).

2.3.3 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

A elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) pode ser incluída na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA). Esta escolha fica a critério da entidade, como descrito no art. 186 da Lei nº 6.404/76. A DMPL é uma demonstração abrangente, já que aborda a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social. Com as devidas mudanças na lei, não se pode expor o saldo final positivo. De agora em diante, no

final do exercício, caso se obtenha lucro, este deve ser distribuído em patrimônio líquido ou em ativos (<http://www.portaldecontabilidade.com.br>, 2009).

Este relatório contábil tem sua importância e utilidade, principalmente na existência de inúmeras transações. Além disso, complementa os dados levantados no balanço patrimonial e DRE, mantendo estreita relação com o patrimônio da empresa, que incide interesses para os administradores, acionistas e sócios (IUDÍCIBUS; MARTINS ; GELBCKE, 2008).

2.3.4 Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) evidencia as movimentações e as alterações ocorridas no saldo da conta, lucros e prejuízos acumulados que com as reformulações nos artigos legais, não existem mais. De acordo com o artigo 186, § 2º da Lei nº 6.404/76, temos o adiante transcrito, "a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia".

De tal modo, esta demonstração é preparada de forma simples e rápida, bem como a transcrição distribuição e ordenada e, além disso, este relatório somente pode ser elaborado depois de ter concluído o balanço patrimonial do exercício. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2008).

2.3.5 Notas explicativas

As Notas Explicativas têm por objetivo complementar as demonstrações contábeis, mostrando os critérios de avaliação contábeis utilizados pelas organizações, a composição do saldo de determinadas contas, os métodos de depreciação, detalhamento das dívidas de longo prazo, do capital e dos investimentos em outras empresas etc. (<http://www.portaldecontabilidade.com.br>, 2009).

A publicação das mesmas está prevista no § 4º do artigo 176 da Lei nº 6.404/76, "as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício". E, além disso, no art. 37, no § 5º na Lei nº 11.941/09, se mostra o modo de elaboração do conteúdo que deve ser executado pelas empresas, como pode-se ver abaixo.

I - apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;

II - divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;

III - fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e

IV - indicar:

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);

c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º);

d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;

e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;

f) o número, espécies e classes das ações do capital social;

g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;

h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e

i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia”.

2.3.6 Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o informe contábil que apresenta de forma sintética os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição. Por se tratar de um demonstrativo contábil, suas informações devem ser extraídas da escrituração, com base nas normas contábeis vigentes e tendo como base o princípio contábil da competência. Podem ainda ser integradas com o Balanço Social, representando assim uma importante fonte de informações, na medida em que apresenta um conjunto de elementos que permitem a análise do desempenho econômico da empresa.

2.3.7 Demonstração das origens e aplicações de recursos

Esta demonstração foi eliminada por força da Lei nº 11.638/07. Deste modo, as publicações deste relatório contábil enceraram-se em 31 de dezembro de 2007. Até a data de 31 de dezembro de 2007, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) era obrigatória para as empresas com o capital aberto e fechado e que enquadravam em um patrimônio líquido superior a R\$ 1.000.000,00. A DOAR indica as modificações na posição financeira da organização, representada pelas origens dos recursos e de investimentos pelas aplicação de recursos. O conceito de recursos não se refere simplesmente ao dinheiro, ou disponibilidades, pode ser representado pelo capital de giro líquido que, na denominação dada pela

lei, é considerado o Capital Circulante Líquido (CCL). Contudo, além deste relatório não ser mais obrigatório às entidades, podem executá-la para fins internos.

Para finalizar a exposição sobre as demonstrações contábeis, temos que trazer à tona a sua relevância. Com a falta parcial ou total destes relatórios, a empresa não tem o conhecimento da sua própria realidade. No caso dos hotéis analisados, existem pessoas específicas para cada função, e o objetivo da supervisão feita pelo responsável pelo setor contábil e financeiro é evitar falhas e erros. Como afirmam Iudícibus; Martins e Gelbcke (2008), com os relatórios contábeis, a evidenciação contábil amplia-se em quantidade e qualidade de dados úteis e confiáveis sobre a situação financeira e gerencial da empresa para os usuários.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (DFC)

A DFC, em conjunto com as outras demonstrações contábeis, estabelece uma ferramenta eficaz para a avaliação e estimativas de liquidez e solvência financeira. PRIMO (2009).

Nessa mesma linha de pensamento, Iudícibus e Marion (1999, p.218) definem a DFC como o relatório contábil que “demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período”, apresentando a situação estática da entidade, como afirma Marion (1998).

Ela é relevante na tomada de decisão, representando o comparativo de anos anteriores, ou pretensões futuras, pois “a DFC propicia a elaboração de um melhor planejamento financeiro” (MARION; IUDICIBUS, 2000, p.20).

Logo abaixo, na figura 01, temos uma adaptação da DFC, como ilustração dos registros das entradas e saídas de recursos, baseado no art. 176 da Lei das S/A, dada pela Lei nº 11.638/2007.

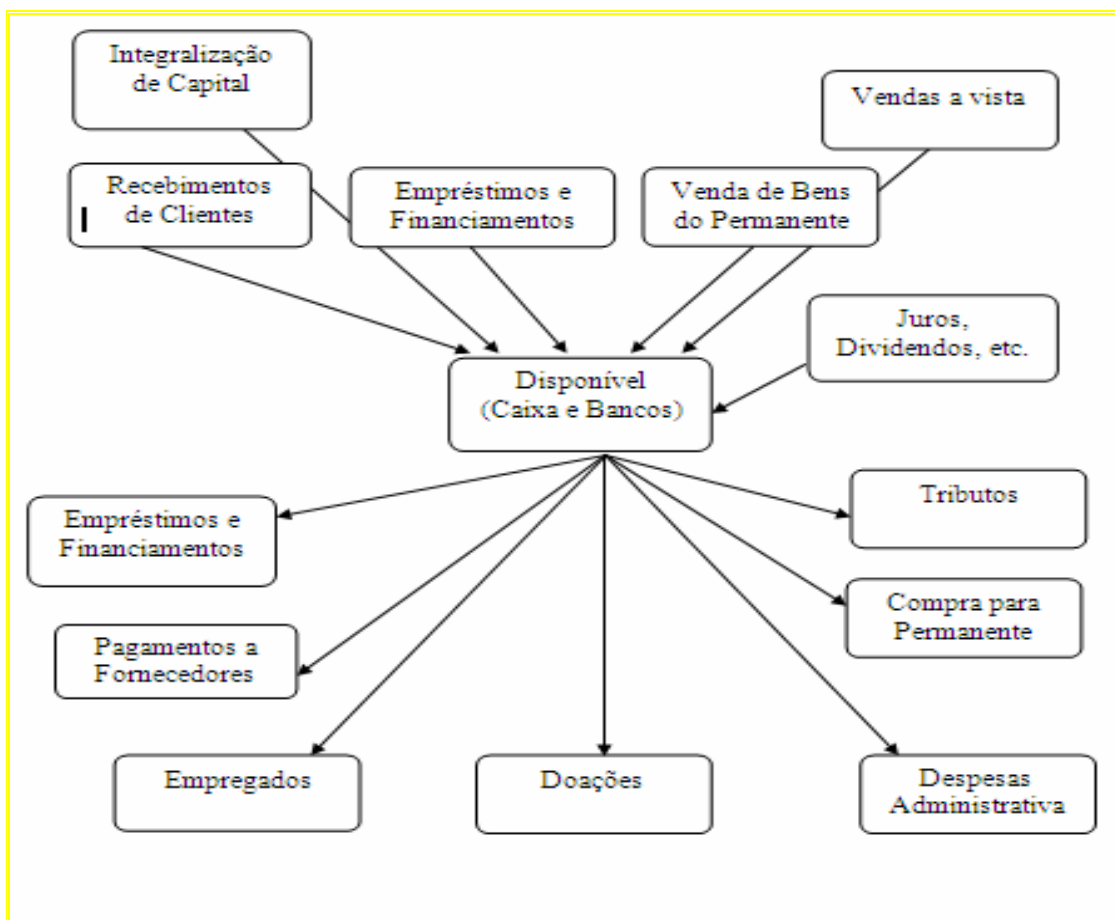


Figura 01 - Fluxo de caixa.

Fonte: Material didático fornecido pelo Professor Diego Boente.

2.4.1 Objetivo

O objetivo central desta demonstração é o fornecimento de dados importantes e úteis aos usuários sobre as entradas e saídas de dinheiro. Além disso, tem a utilidade de avaliar a capacidade da organização para produzir recursos de caixa, do mesmo modo julga e apresenta alternativas viáveis para a empresa na parte de financiamentos e investimentos. Ela auxilia ainda na posição, para que não existam situações de não-liquidez ou excessos monetários. Sendo assim, pode ser

considerada uma ferramenta de comparabilidade contábil juntamente com os outros relatórios (www.milenio.com.br, 2009).

2.4.2 Formas de fluxo de caixa

Existem dois métodos da DFC, o modelo direto e o indireto, como relata Marion e Iudicibus (2000). Os autores nos dizem que “a diferença básica entre esses métodos consiste na forma como são apresentados os recursos provenientes das operações” (p. 222). Ambas são previstas pelo FASB através de sua FAS 95 e também pelo IASC na sua NIC 7, mas não fazem nenhuma referência à forma obrigatória de apresentação da DFC. Entretanto, a recomendação é que as empresas adotem o modelo direto, já que nesta se tornam mais claros e evidentes os valores e origens (www.milenio.com.br, 2009).

O método direto descreve todos os pagamentos e recebimentos que interferem na parte da disponibilidade da empresa, e sobre a sua estrutura temos que os pagamentos e recebimentos são segregados por tipos de atividades, sendo mais detalhado e informativo que o método indireto.

No outro método, o indireto, incide análises das contas não-circulantes, e caso haja alterações nas contas circulantes, subtraem-se as disponibilidades. Por isso, podem existir falhas nas informações contábeis, deixando de consistir e evidenciar contas, facilitando algum tipo de montagem (MARION E IUDICIBUS, 2000). Os dois tipos de modelos de fluxo de caixa encontram-se demonstrados nos anexos, seguindo-se as subdivisões da DFC.

2.4.2.1 Atividades operacionais

Primeiramente, as atividades operacionais do fluxo de caixa representam uma forte influência nos recursos da organização, pois abrangem as transações vinculadas às principais atividades da empresa, tais como:

- Recebimento das prestações de serviços ou vendas de produtos;
- Pagamento a fornecedores;
- Pagamento de salários;
- Pagamento dos impostos, dentre outros. Primo (2009).

Segundo Primo (*apud* SCHROEDER; CLARK (1998, p. 228), “a capacidade da empresa gerar caixa por suas operações é um indicador importante de sua saúde financeira e do grau de risco a ela associado”.

2.4.2.2 Atividades de investimentos

Nesta segunda parte da DFC, nas atividades de investimentos, são consideradas as movimentações referentes a aquisições ou venda dos elementos do ativo permanentes, e do mesmo modo acontece com as participações em outras instituições e a distribuição de lucros e dividendos praticada nas empresas.

2.4.2.3 Atividades de financiamentos

As atividades de financiamentos do fluxo de caixa estão relacionadas diretamente com as contas do passivo não-circulante e o patrimônio líquido. Como exemplos, pode-se mencionar os empréstimos em longo prazo, a obtenção ou amortização de empréstimos e financiamentos, e etc.

Para ilustrar melhor, citamos os exemplos das atividades da DFC.

Atividades Operacionais

- Pagamento a fornecedor
- Recebimento de clientes
- Pagamento de Salários, etc.

Atividades de Investimento

- Compra/Venda de Imobilizado
- Aplicações Financeiras de Longo Prazo
- Compra/Venda de Investimento em Coligada, etc.

Atividades de Financiamento

- Empréstimos/Financiamentos de Longo Prazo obtidos
- Emissão de Debêntures
- Aumento de capital em dinheiro, etc



Figura 02 – Atividades da DFC.

Fonte: Material didático fornecido pelo Professor Diego Boente.

Marion e Ludícibus (1999) defendem que a contabilidade auxilia a tomada de decisões, pois com uma coleta de dados verídicos e corretos, o profissional promove muita utilização na organização. A figura 03, a seguir, é uma representação do fluxo de caixa.

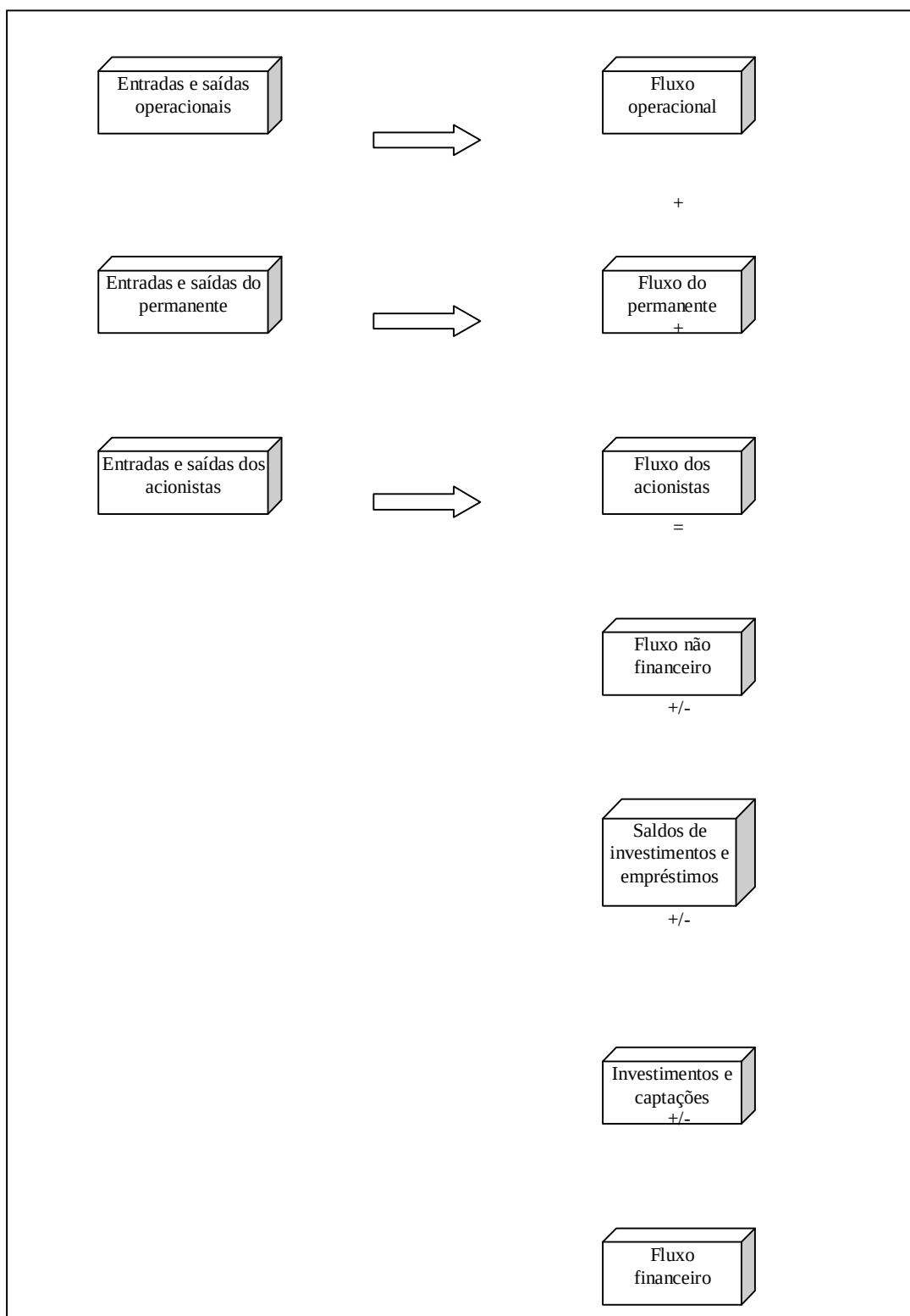


Figura 03 - Componentes da DFC.

Fonte: Considerações sobre a DFC e sua relação com a DOAR.

Em relação aos componentes da DFC demonstrados na ilustração, são estes consistem no fluxo operacional, que correspondem às entradas e saídas; o fluxo permanente, que está ligado diretamente aos investimentos no ativo permanente; o fluxo dos acionistas, que indica as transações que afetam os mesmos, decorrentes de decisões de capitalização ou de distribuição do lucro ou redução do capital; e, por fim, o fluxo financeiro, que equivale aos cálculos dos demais fluxos, em que, no caso de abundância de recursos, ocorre à saída para aplicações financeiras, e na escassez, ocorre à entrada por prática de investimentos. Por meio da análise dos elementos que compõem a DFC, pode-se obter uma melhor compreensão por parte dos gestores e acionistas em questões da saúde financeira da empresa e a melhor forma de otimização dos resultados, bem como avaliar o desempenho e as necessidades da companhia (www.milenio.com.br, 2009).

2.4.3 COMPARAÇÃO DFC versus DOAR

No quadro que se segue, temos um formato comparativo que contém vantagens e desvantagens da DFC e a DOAR, de acordo com Quintana, Serafin e Saurin (2009).

Figura 04 – Tabela Comparativa das vantagens e desvantagens da DOAR e da DFC.

Vantagens	
DOAR	DFC
Fornecer informações que não constam em outras demonstrações (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993)	Oferece maior facilidade de entendimento por visualizar melhor o fluxo dos recursos financeiros (MARTINS, 1990)
Possibilita melhor conhecimento da política de investimento e de financiamento da empresa (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993)	Existe tendência mundial de adotar o fluxo de caixa em detrimento da DOAR, pela utilização de uma linguagem comum. (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993)
Destinada a mostrar a compatibilidade entre a posição financeira e a distribuição de lucros (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2000)	Utiliza um conceito mais concreto, crítico em qualquer empresa, necessário nos curtos/curtíssimos prazos (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993)
É uma demonstração mais abrangente, por representar as mutações em toda a posição financeira (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993)	É necessário para prever problemas de insolvência e, portanto, avaliar o risco, o caixa e os dividendos futuros (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993)
Algumas obras enfatizam o seu poder preditivo.	
Desvantagens	
DOAR	DFC
Não é fundamentalmente financeiro, pois aceita ativos não monetários, como os estoques e as despesas antecipadas	Não existe consenso sobre que conceito de caixa utilizar. Uns aconselham caixa e bancos; outros consideram também títulos de curto prazo (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993)
O resultado é afetado pelo método de avaliação de ativos não monetários (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993)	Apresenta volume de informação menor que a DOAR (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993)
Seu uso não tem sido pesquisado de forma científica, inclusive nos países de pesquisa contábil desenvolvida	Pode ser tão manipulável como qualquer outra informação contábil (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993)
Apresenta modificações internas do Capital Circulante Líquido de forma residual	Existe tendência de utilização do fluxo de caixa pelo método indireto, apesar desta metodologia não ser a mais recomendada (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993)
Trabalha com o conceito abstrato de capital circulante líquido ou de folga financeira de curto prazo, cuja utilidade está sendo duramente questionada (HOPP; PAULA LEITE, 1989)	A maquiagem (<i>window dressing</i>) também ocorre na DFC, a partir do momento em que a empresa atrasa conscientemente seus recebimentos e pagamentos, na tentativa de melhorar o fluxo de caixa num período específico (BRAGA; MARQUES, 1996)

Fonte : Quintana; Serafin e Saurin (2009).

2.4.4 A DFC no mundo e no Brasil

Para destacar a relevância da DFC, como defendem Quintana, Serafim e Saurin (2009), e do mesmo modo para Marion e Iudicibus (1999), a DFC comprova a origem e a aplicação do dinheiro que é utilizado em determinado período.

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é uma tendência internacional que se originou no Canadá e foi denominada e normatizada pelo pronunciamento do Board do Financial Accounting Standards Board (FASB), através do boletim n. 95, nos Estados Unidos. Em novembro de 1987, designaram a substituição da Demonstração de Origem e Aplicações de Recursos (DOAR) por Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), o que foi colocado em vigor a partir de julho de 1988, passando a ser obrigatória para as entidades americanas (SILVA, 2009).

No Brasil, que não tinha esta obrigatoriedade antes de 2008, as empresas já praticam o uso da DFC para complementação e conhecimento das limitações financeiras e a possibilidade de ampliações na parte de investimentos, assim proporcionando uma visão real e clara da situação líquida da empresa. Encontra-se prevista na Lei nº 11.638/07, tendo sido colocada em vigor logo em seguida, no início do ano de 2008 (PRIMO 2009). Na ótica de Santos et. al. (2007), as diversas mudanças das leis no Brasil vêm com o intuito de uniformidade e conversão das práticas contábeis brasileiras para as internacionais.

3. METODOLOGIA

3.1 TIPOS DE PESQUISA

O estudo é do tipo bibliográfico, documental, descritivo e exploratório.

Para Beuren (2006, p.86), “a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória, da mesma forma como em outros tipos de pesquisa, haja vista que é por meio dela que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente”.

Ele acrescenta que este tipo de pesquisa “abrange todo o referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros”. Tomar por base a pesquisa bibliográfica permite uma maior aproximação ao tema de estudo, orientando a contextualização do problema de pesquisa.

Em Beuren apud Silva e Grigolo (2006, p. 89), temos que “a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação”, que estão no decorrer da pesquisa realizada

. Beuren, afirma que na área da contabilidade, “utiliza-se com certa freqüência a pesquisa documental, sobretudo quando se deseja analisar o comportamento de determinado setor da economia”. Ainda de acordo com este autor, esta pesquisa contém o formato de organizar dados com a serventia de posteriores consultas e materiais de estudos. Realizar uma pesquisa documental justifica-se neste estudo pelo fato da pergunta de pesquisa se referir ao conhecimento dos gestores sobre a utilização e aplicação da Demonstração do Fluxo de Caixa nos hotéis da Via Costeira não havendo registros sobre o recorte específico adotado no estudo.

E de acordo com Beuren apud Andrade (2006, p. 81)relata pesquisa descritiva, “preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”.

Beuren apud Gil (2006, p.80), “destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca do fato”, já para Beuren apud Andrade (2006, p.80), a pesquisa exploratória contém algumas elementos primordiais como, “proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; ou orientar a fixação dos objetos e a formulação das hipóteses”. Além disso, “uma das

características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados” como afirma no contexto sobre pesquisa descritiva, Beuren *apud* Andrade (2006, p. 80). A pesquisa exploratória, “preocupa-se a observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classifica-los e interpretá-los”. O pesquisador que trabalha com estes dados não pode exercer nenhum tipo de influência na pesquisa.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Segundo as informações publicadas pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, a rede hoteleira cadastrada por esta associação corresponde a um Universo de 79.242 hotéis. Em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, constam 62 hotéis, dos quais 14 estão localizados na via expressa denominada Via Costeira.

A amostra da pesquisa foi determinada com 10 hotéis, selecionados de acordo com o acesso e comodidade do pesquisador.

3.3 COLETA DE DADOS

O trabalho foi executado em dez hotéis da Via Costeira na cidade do Natal sendo três (3) de médio porte e sete (7) de grande porte, com visitas presenciais e a aplicação do questionário com os responsáveis pela área contábil do hotel.

O questionário continha perguntas abertas e fechadas, direcionadas ao responsável pelo setor contábil dos hotéis. Nos hotéis em estudo este setor era interno e a ele eram repassadas as informações úteis para os gestores através de reuniões.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

O questionário usado foi organizado e analisado estatisticamente. Estando apresentado em gráfico com os comentários e interpretação do autor da pesquisa.

A aplicação foi produzida dentro do ambiente de trabalho dos respondentes, onde podem ser verificados os relatórios contábeis e, o sentimento e perspectivas dos entrevistados sobre o tema.

As informações foram selecionadas através de percentuais, respondidos nas perguntas fechadas do questionário e em seguida foi montado um quadro resumo para identificar o perfil destes respondentes.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os hotéis utilizados como fonte de pesquisa serão tratados apenas como a denominação de “hotéis”, para manter a seriedade e o sigilo de todo o processo de pesquisa.

4.1 PRINCIPAIS USUÁRIOS

De acordo com Pinheiro (2009), os usuários das informações contábeis são todos aqueles que contêm o interesse da avaliação da situação da empresa e também desejam conhecer a progressão da entidade em todos os aspectos.

Os respondentes da pesquisa se classificam como usuários internos, pois são pessoas que integram a equipe do hotel pesquisado. Na análise dos resultados do questionário, constatou-se que o cargo de todos entrevistados era contabilista.

4.2 UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

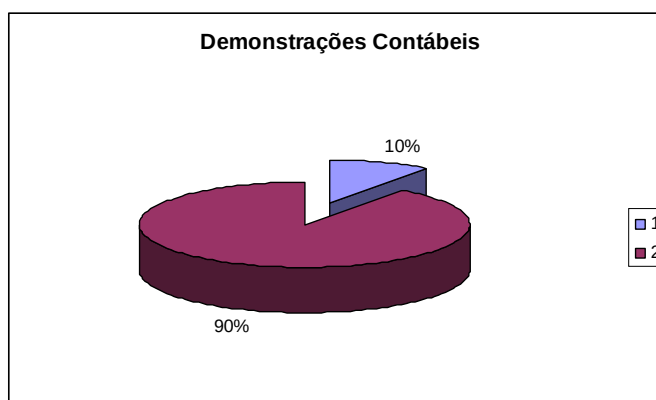


Gráfico 01 – A utilização das demonstrações contábeis nos hotéis.

Fonte: Dados retirados da entrevista pela aplicação do questionário.

Quanto ao resultado sobre a utilidade das demonstrações contábeis pelos usuários dos hotéis, observou-se que não são todos os hotéis que usam as demonstrações contábeis para fins gerenciais ou financeiros, estas são registradas e elaboradas apenas para satisfazer a obrigatoriedade.

4.3 UTILIZAÇÃO DA DFC

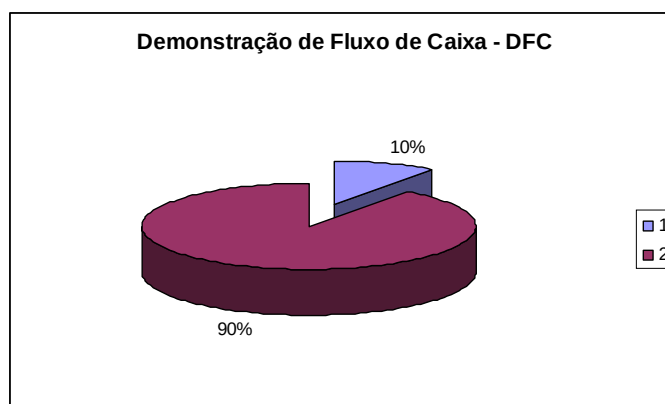


Gráfico 02 – A utilização da DFC nos hotéis.

Fonte: Dados retirados da entrevista pela aplicação do questionário.

Tem-se que 90% dos entrevistados utilizam as DFC para a tomada de decisão e também empregam os relatórios para análise de investimentos e benefícios futuros, para aperfeiçoar a estrutura e condições do hotel. O restante 10% justifica a não utilização das demonstrações contábeis pelo porte do hotel. Observa-se então que a utilidade das demonstrações e DFC correspondem ao mesmo percentual para as duas inferências.

4.4 A INFLUÊNCIA PARA AS TOMADAS DE DECISÕES

A quarta questão referia-se ao tipo de gerenciamento que utilizam, e o resultado foi que 90% tomam decisões com base em relatórios e indicadores contábeis e o restante, 10%, infelizmente, as tomam por intuição.

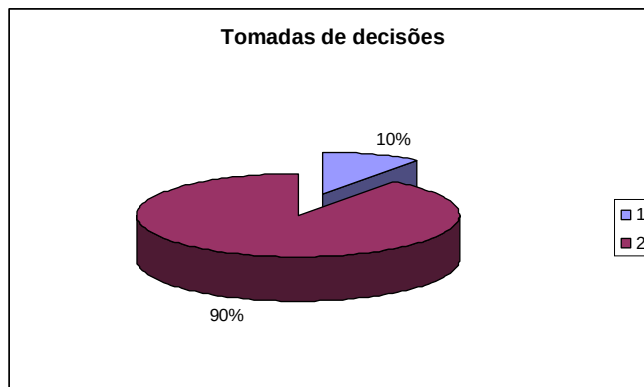


Gráfico 03– A influência para as tomadas de decisões

Fonte: Dados retirados da entrevista pela aplicação do questionário.

4.5 PORTE DOS HOTÉIS PESQUISADOS

A seguir, o gráfico mostra os portes dos hotéis analisados, 30% de médio e 70% de grande porte.

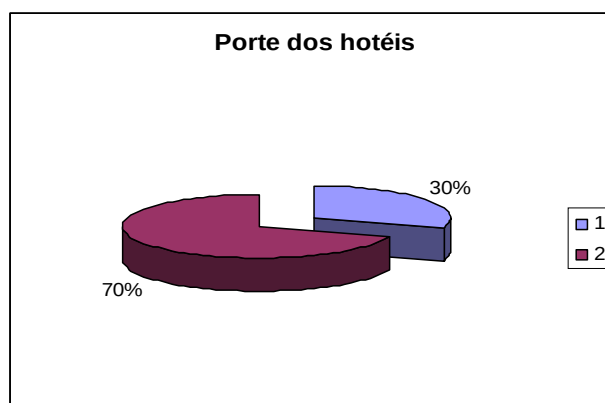


Gráfico 04 – Porte dos hotéis.

Fonte: Dados retirados da entrevista pela aplicação do questionário.

4.6 O MERCADO NO SETOR HOTELEIRO

A ilustração que se segue relata em termos percentuais a quantidade de anos que o hotel está estabelecido no mercado. Considerando que os hotéis analisados dominam o setor hoteleiro, em até seis (6) anos temos somente 20%, com oito (8) anos, 30%, e a maioria, 50%, com sete (7) anos.

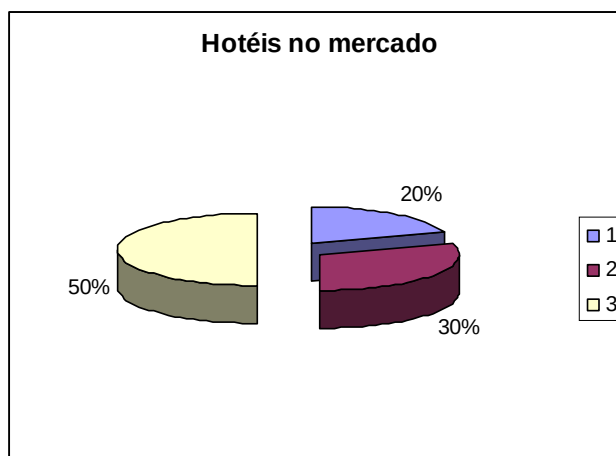


Gráfico 05 – Hotéis no mercado.

Fonte: Dados retirados da entrevista pela aplicação do questionário.

4.7 OBRIGATORIEDADE E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

No gráfico abaixo, podemos visualizar que 90% dos hotéis visitados e analisados estatisticamente utilizam as demonstrações contábeis, enquanto que 10% fazem e publicam as demonstrações, mas estas não são usadas para fins de gestão do hotel. Os hotéis que fazem o uso dos relatórios contábeis também os aproveitam para a socialização de resultados em reuniões, avaliação de futuros investimentos e inovações em bens para o hotel, gestão e tomada de decisões.

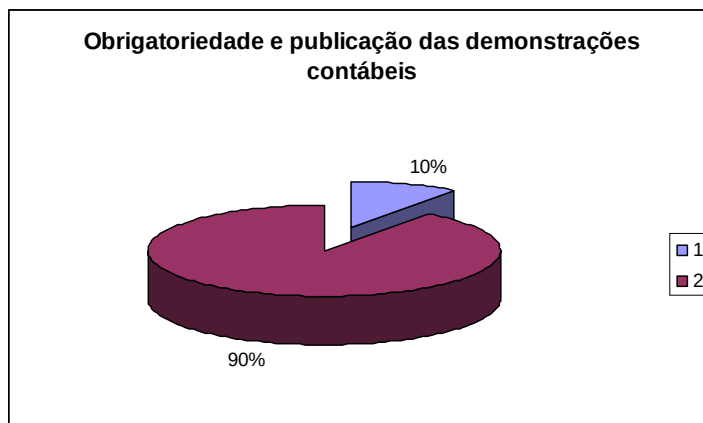


Gráfico 06 – Obrigatoriedade e publicação das demonstrações contábeis.

Fonte: Dados retirados da entrevista pela aplicação do questionário.

Os 10% de hotéis que não utilizam os relatórios contábeis, justificam-no por serem de porte médio. No entanto, todas as empresas necessitam de demonstrações contábeis corretas e claras e com ênfase na DFC, que esclarece e expõe o que a empresa contém de liquidez, auxiliando na elaboração de outros relatórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O mercado mundial é atualmente marcado por uma concorrência extremamente acirrada e um dos setores mais amplos e que contém um aglomerado de tipos e portes distintos é o setor hoteleiro. No Brasil, esta atividade econômica é forte, temos cinco grandes regiões onde se encontram destinos variados com grande diversidade cultural, assim proporcionando perspectivas otimizadas para o setor hoteleiro.

O Estado do Rio Grande do Norte tem sua economia baseada em vários setores, um destes é o setor hoteleiro. Há um bom número de pousadas e hotéis, de todas as categorias e portes, principalmente concentrados na capital do Estado, Natal, em uma via expressa denominada via costeira. Foi esta via o foco de aplicação do questionário em visitas aos hotéis para obter dados que respondessem à pergunta de pesquisa. Em todos os hotéis visitados o setor financeiro e contábil está localizado no próprio hotel, tornando mais fácil o fluxo de conhecimento e atualização com as leis.

Grande parte dos hotéis são de médio e grande porte, por isso já praticavam e utilizavam os relatórios contábeis, enfatizando o fluxo de caixa, denominado de DFC. Com a pesquisa realizada, constata-se que os conhecimentos dos gestores são satisfatórios, pois os responsáveis pelo setor contábil do hotel executam de diversas maneiras a transmissão informações úteis para o gestor, para, assim, abordar, analisar e tomar as devidas decisões.

Dentre os resultados do questionário, destacam-se na coleta dos dados, o porte, a relação em quantidade de anos no mercado dos hotéis, e ainda vale adicionar a importância sobre a aplicação das demonstrações contábeis e principalmente do fluxo de caixa dos quais são aproveitados pela maioria, 90% dos entrevistados em diversos aspectos nos hotéis, como por exemplo, em reuniões e os 10% restantes, consideram-se o momento inadequado pelo tipo de porte do hotel.

Para concluir, recomendamos efetuar esta pesquisa em outros setores para saber o conhecimento dos gestores em outros âmbitos empresariais e se realmente utilizam os imprescindíveis relatórios contábeis, tais como a DFC, pois esta demonstração contempla muitas utilidades, como esclarecer e auxiliar como um todo, e também ajuda a visualizar a saúde financeira da empresa independente do porte e da atividade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS. Disponível em: <http://www.abihrn.com.br>. Acesso em: 21 abril 2009.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 15 de julho de 2009.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DFC E SUA RELAÇÃO COM A DOAR. Disponível em: www.milenio.com.br. Acesso em: 09 dezembro 2009.

COMPARAÇÃO E ANÁLISE DA DOAR E DA DFC. Disponível em: www.milenio.com.br. Acesso em: 09 dezembro 2009.

DEFINIÇÃO DA CONTABILIDADE. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br>. Acesso em: 10 dezembro 2009.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br>. Acesso em: 10 dezembro 2009.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO . Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br>. Acesso em: 10 dezembro 2009.

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS. Disponível em: <http://contabilidade.wikidot.com/demonstracoes:demonstracao-das-mutacoes-do-patrimonio-liquido>. Acesso em: 22 de outubro de 2009.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO. Disponível em: <http://contabilidade.wikidot.com/demonstracoes:demonstracao-do-valor-adicionado>. Acesso em: 22/10/2009.

DELIBERAÇÃO Nº 29 DA CVM. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em: 21 abril 2009.

HISTÓRIA DA CONTABILIDADE. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br>. Acesso em: 21 abril 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELCBKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades - 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELCBKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades - **suplemento**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEI Nº 6.404/76. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 abril 2009.

LEI Nº 11.638/07. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 abril 2009.

LEI Nº 11.941/09. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 outubro 2009.

NOTAS EXPLICATIVAS. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/notasexplicativas.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Curso de contabilidade para não contadores**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, José Carlos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Introdução à teoria da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449, de 03 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em: 02 setembro 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

O FLUXO DE CAIXA E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS. Disponível em: <http://www.milenio.com.br>. Acesso em: 18 maio 2009.

PINHEIRO, Fábio Araújo, O postulado do usuário: incentivo ao desenvolvimento da teoria da contabilidade e do contabilista. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br>. Acesso em: 15 dezembro 2009.

PORTAL DE TURISMO. Disponível em: <http://turismo.natal.rn.gov.br>. Acesso em: 02 setembro 2009.

PRIMO, Uverlan Rodrigues. Demonstração dos fluxos de caixa: uma contribuição de um modelo para as instituições bancárias do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 09 dezembro 2009.

QUINTANA, Alexandre Costa; SERAFIN, Anneliseda Cruz; SAURIN, Valter. Demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado como instrumentos efetivos na gestão financeira: um estudo de caso da Eletrosul. Disponível em <http://www.cad.ufsc.br>. Acesso em: 18 maio 2009.

RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC Nº 750/93 DE 29.12.1993. Disponível em: <http://www.tre-rj.jus.br>. Acesso em: 21 abril 2009.

RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC Nº 1.125 DE 15.08.2008. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br>. Acesso em: 05 maio 2009.

RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC Nº 1.138 DE 21.11.2008. Disponível em <http://www.normaslegais.com.br>. Acesso em: 05 maio 2009.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Manual de práticas contábeis**: aspectos societários e tributários: atualizada pela Deliberação CVM nº 488/05. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Amado Francisco. Fluxo de caixa. Disponível em: www.metodista.com.br. Acesso em: 09 dezembro 2009.

TEORIA DA CONTABILIDADE. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br>. Acesso em: 21 abril 2009.

TURISMO NO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <http://www.nataltrip.com/index.php?Fa=rni.infTurismo>. Acesso em: 16/12/2009.

VAN BRENDA, Michael F; HENDRIKSEN, Eldon S. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

APÊNDICE



□ LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE

Título da pesquisa: A Demonstração do Fluxo de Caixa como ferramenta de gestão
Um estudo nos hotéis da Via Costeira na cidade do Natal.

Senhor (a) Entrevistado (a),

Esta pesquisa tem por objetivo subsidiar a elaboração da monografia de graduação em Ciências Contábeis de VERÔNICA RODRIGUES DA SILVA portadora do RG nº:32.584.639-X, sob a orientação da Profª Esp.THEREZA ANGÉLICA B. S.SANTOS do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN.

Por oportuno, agradecemos a vossa preciosa colaboração e nos colocamos a disposição para outros esclarecimentos que se façam necessária.

Profª Esp.THEREZA ANGÉLICA B. S.SANTOS – e-mail: thereza@farn.br
Aluna: VERÔNICA RODRIGUES DA SILVA – e-mail: verônica_rs@ig.com.br.

QUESTIONÁRIO

Dados do Entrevistado e do Hotel:

1 → Nome do Hotel

2 → Nome/Cargo

3 → Tempo de experiência neste ramo de atividade

4 → Qual seu estilo de gerenciamento?

Base para tomada das decisões:

- a) Gerencio com base na minha intuição;
- b) Gerencio com base em relatórios e indicadores contábeis.

→ **Relacionados à Empresa**

5 → Porte do Hotel?

6→ Há quantos anos a empresa está no setor hoteleiro?

7→ Os relatórios contábeis são utilizados no hotel?

☐ SIM

☐ NÃO

8→ Para quais funções?

9→ Existe algum relatório interno do Hotel para controlar o fluxo de dinheiro (entrada e saída)? Se sim contém alguma denominação?

☐ SIM

☐ NÃO

Denominação:

10→ Este relatório citado acima é utilizado na gestão?

☐ SIM

☐ NÃO

11→ Ou ainda para tomadas de decisões?

☐ SIM

☐ NÃO

12→ A empresa realiza encontro com os gerentes e colaboradores para apresentar as diretrizes da empresa (visão, valores, estratégias e metas)?

☐ SIM

☐ NÃO

ANEXOS

Anexo 01

MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO DIRETO

Exercício Findo em 31/12/XXXX

Fluxo de Caixa Proveniente

OPERAÇÕES:

(+)Recebimentos de clientes

(-)Pagamentos a fornecedores

(-)Pagamento de despesas

(+/-)Entradas ou saídas relacionadas à atividade da empresa

TOTAL DAS OPERAÇÕES (Total 1)**FINANCIAMENTOS:**

(+/-)Entradas ou saídas de recursos de terceiros ou próprios (aumento/diminuição de exigibilidades, aumento de capital em dinheiro, pagamento de dividendos etc.)

TOTAL DOS FINANCIAMENTOS (Total 2)**INVESTIMENTOS:**

(-)Aumento do Permanente

(+)Diminuição do Permanente

TOTAL DE INVESTIMENTOS (Total 3)

VARIAÇÃO NO DISPONÍVEL = Total 1 + Total 2 + Total 3

LUCRO LÍQUIDO

(+/-) Ajustes do Lucro Líquido como na DOAR

Fonte: Van Breda e Hendriksen, (1999, p.178).

Anexo 02

MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODOINDIRETO Findo em 31/12/xxxx

Fluxo de Caixa Proveniente

ORIGENS:

Das Operações:

Lucro Líquido

(+/-)Ajustes do lucro líquido (incluindo também receitas e despesas financeiras de curto prazo)

(+/-)Variações das contas do Circulante

(=)CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES

(+/-)Entradas e saídas através de financiamentos de terceiros ou dos sócios

(=)TOTAL DE INGRESSOS NO DISPONÍVEL (Total 1)

APLICAÇÕES:

Pagamento de dividendos

Aumento do Permanente, etc.

(=)TOTAL DAS APLICAÇÕES (Total 2)

VARIAÇÃO NO DISPONÍVEL = Total 1 – Total 2

Fonte: Marion e Iudicibus (2000, p. 223).